



ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	3.169.994.825,60	0,00
Pessoal Ativo	2.377.478.442,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	792.516.383,45	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	889.641.453,29	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	286.729.029,94	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	601.700.537,50	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	1.211.885,85	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )	2.280.353.372,31	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b )	2.280.353.372,31	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	42.786.466.235,72
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	5,33
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	2.528.680.154,53
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	2.402.246.146,80
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,3190%	2.275.812.139,08

FONTE: SIAFI/ MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Despesas totais da procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010.

(2) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.211.885,85

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Hilton Secundido Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.



ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012.  
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	3.169.994.825,60	0,00
Pessoal Ativo	2.377.478.442,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	792.516.383,45	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	922.949.866,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores (1)	129.221.596,70	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	792.516.383,45	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	1.211.885,85	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )	2.247.044.959,60	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b)	2.247.044.959,60	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		42.786.466.235,72
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		5,25
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%		2.528.680.154,53
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%		2.402.246.146,80
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,3190%		2.275.812.139,08

Fonte: SIAFI/ MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Despesa com Pessoal Ativo;

(2) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(3) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.211.885,85

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Hilton Secundido Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.